

Sumário

Listagem de quadros.....	XI
Prefácio	XIII
Introdução.....	1
1 A família na ótica da constitucionalização do direito civil	3
1.1 Compreensão do termo família	3
1.2 Direitos fundamentais e princípios do direito de família....	8
1.2.1 Princípio da dignidade da pessoa humana.....	10
1.2.2 Princípio da solidariedade familiar.....	12
1.2.3 Princípio do melhor interesse da criança e do adolescente	13
1.2.4 Princípio da convivência familiar.....	14
1.2.5 Princípio da afetividade	15
1.3 Poder e responsabilidade dos pais em relação aos filhos.....	19
2 O abandono afetivo parental.....	25
2.1 Conceito e considerações acerca do abandono afetivo.....	25
2.2 Danos decorrentes do abandono afetivo.....	29
2.3 Insuficiência da perda ou suspensão do poder familiar frente ao abandono afetivo.....	48
3 A responsabilidade civil	51
3.1 Breves considerações e conceitos elementares.....	51
3.2 Pressupostos do dever de indenizar.....	56
3.3 Danos morais	59

4 A aplicação do instituto da responsabilidade civil no abandono afetivo parental.....	67
4.1 Abandono afetivo parental como dano moral presumido encoberto pela responsabilidade civil extracontratual	67
4.2 A reparabilidade do abandono afetivo na ótica dos tribunais.....	75
4.2.1 Julgados desfavoráveis ao dever de indenizar	77
4.2.1.1 Julgados que entenderam pela inexistência de ato ilícito no abandono afetivo parental e consequente impossibilidade de reparação	79
4.2.1.2 Julgados que, apesar de reconhecerem a possibilidade de indenização por abandono afetivo parental, entenderam pelo não preenchimento dos elementos da responsabilidade civil no caso concreto	97
4.2.1.3 Votos que se ativeram ao desconhecimento e reconhecimento tardio da paternidade; à culpa exclusiva da vítima ou de terceiros; às concusas ao evento danoso; e à natureza do dano	123
4.2.2 Julgados favoráveis ao dever de indenizar.....	136
4.2.3 Questões especiais: prazo prescricional e competência absoluta para processamento das ações indenizatórias por abandono afetivo parental.....	181
4.3 Projetos de lei em tramitação no Congresso Nacional	193
Conclusão	197
Referências Bibliográficas	201

Listagem de quadros

Quadro 1 – jurisprudências 76